

Apresentação

Pós-modernismo é um termo que existe em várias áreas da produção intelectual e artística. Não se refere a uma escola única de pensamento, mas, sim, a correntes de pensamento que surgiram contra os padrões intelectuais e culturais da era moderna — o chamado *modernismo*.

Segundo Anderson,¹ o termo pós-modernismo foi cunhado por Federico de Onís, na Espanha, na década de 1930. Da Espanha o termo expandiu-se para o mundo anglo-saxão, e da literatura para a discussão na arquitetura pela qual o termo popularizou-se. A primeira obra filosófica a adotar a noção de pós-modernidade foi *A condição pós-moderna*, de Lyotard, publicada em 1979. Nos estudos organizacionais, o debate pós-modernismo/modernismo foi formalmente inaugurado em 1988 com a publicação, na *Organization Studies*, da série de artigos *Modernism, postmodernism and organizational analysis*.

Pós-modernismo e modernismo estão interligados como faces da mesma moeda e só podem ser claramente entendidos em relação um ao outro. Começaremos então pelo modernismo. Em linhas bem gerais, o pensamento modernista é caracterizado pelos seguintes aspectos:² renascimento das crenças iluministas nos poderes da razão e da observação; procura por fundamentos ou essências; fé no progresso e em modelos universais; absorção da metáfora da máquina.

¹ ANDERSON, P. *As origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

² Baseado em GERGEN, K. Organization theory in the postmodern era. In: REED, Michael; HUGHES, Michael (Eds.). *Rethinking organization*. London: Sage, 1994.

O pensamento modernista supõe que através da observação e da razão é possível apreender as características do mundo que existe objetivamente “lá fora”. Pelo mesmo caminho, podemos desenvolver e testar teorias cada vez mais acuradas sobre o mundo. Pela linguagem, é possível representar a realidade objetiva e comunicar resultados de pesquisa. Assim, é possível desvendar os fundamentos da grande máquina do universo, projetar e construir a sociedade ideal, reverenciando grandes narrativas como o progresso, a razão e a ordem.

Em contraste com os argumentos modernistas, o pensamento pós-modernista pode ser resumido em três argumentos inter-relacionados: substituição do real pelo representacional; representação como um artefato comunalmente construído; auto-reflexão irônica.

O primeiro argumento opõe-se à visão modernista de que existe uma realidade objetiva externa ao indivíduo, que é capaz de conhecê-la e transmiti-la objetivamente através da linguagem, vista simplesmente como ferramenta de representação. Para os pós-modernistas, tudo que existe são *discursos* sobre a realidade: o conhecimento é uma forma de discurso. Assim sendo, o conhecimento é influenciado por interesses diversos, por processos sociais e pelas próprias regras de formação da linguagem. Isso confere ao processo de investigação empírica uma perspectiva totalmente nova: ele parte de pressupostos, valores, discursos e interesses já compartilhados dentro da comunidade científica. A investigação empírica funciona, então, como aparato de reificação de posições já assumidas — ou seja, uma profecia auto-realizável. Em outras palavras, o processo de construção do conhecimento é também um processo político.

O segundo argumento sustenta a linguagem não como produto de uma mente individual que através dela expressa seus pensamentos. Ao contrário, a linguagem só adquire sentido e significado dentro das trocas sociais: o significado é coletivamente construído.

Como corolário dos dois primeiros argumentos, surge a auto-reflexão, a suspeita crítica das próprias posições teóricas. Isto se deve ao fato de que as proposições pós-modernas acabam por levar a algumas situações paradoxais. Por exemplo, a idéia de que não existem grandes narrativas pode se tornar, também, uma grande narrativa. Essa percepção exige dos pós-modernistas certa humildade em relação à construção do conhecimento. Percebido como temporário, circunstancial e limitado, o conhecimento não pode ser encarado como transcendental, livre da contaminação das emoções, dos valores ou das expectativas dos cientistas. Daí a preferência dos pós-modernistas pelas “pequenas narrativas”, pelo uso de formas de linguagem lúdicas, pelo envolvimento pessoal na realidade estudada.

Como Cooper e Burrell³ alertam, embora haja alguma razão para crer que modernismo e pós-modernismo sejam fundamentalmente irreconciliáveis, pode ser mais estimulante tomar essas visões como sintomas da problemática que se tenta analisar e compreender.

Este número da *RAP* tem uma seção especialmente dedicada ao resultado do projeto de pesquisa “Teorias de organização, além da modernidade”, da linha Organizações e Gerência da Ebape.

Dos artigos que a compõem, três (“Modernismo, pós-modernismo e política pública: uma leitura sobre a normalização dos recursos humanos no SUS”, de Anna Maria Monteiro Campos e Isabel de Sá A. da Costa; “Autonomia, liberdade e independência: a evolução de uma família de conceitos e seu advento à arena da administração pública”, de Amanda Smullen, e “Administração, pós-modernidade e coisa(s) pública(s) ou em busca de uma política do sujeito”, de Thomas Catlaw) decorreram da participação de seus autores no grupo de pesquisa Postmodernism and Public Administration na conferência anual do European Group for Public Administration (EGPA),⁴ realizada em Potsdam, Alemanha, em setembro de 2002. Os outros dois (“Práticas discursivas e formação de um campo científico: poder e (pré)conceitos no campo da genética”, de Alketa Peci, e “O pós-modernismo na administração pública nos EUA: uma autópsia”, de O. C. McSwite) resultaram do intercâmbio entre a Ebape e a George Washington University.

O artigo de Anna Maria Monteiro Campos e Isabel de Sá A. da Costa discute algumas dimensões básicas do processo de política pública sob as lentes do pensamento modernista e do pensamento pós-modernista, realizando um exercício sobre as normas de recursos humanos para o SUS.

Amanda Smullen mostra as transformações que as noções de autonomia, liberdade e independência sofreram nos textos de administração pública. Apresentadas na literatura dos anos 1990 como as grandes soluções para a gestão pública, passaram a representar, mais recentemente, problemas centrais para ela.

A partir de referencial teórico baseado na obra de Foucault, o artigo de Alketa Peci analisa os processos de formação de um campo científico — a genética — destacando o papel das principais organizações presentes nesse campo de poder.

O artigo de O. C. McSwite apresenta uma “autópsia” crítica do debate entre modernismo e pós-modernismo no campo da administração pública nos EUA. O autor defende que o pós-modernismo teria sido simplesmente uma

³ COOPER, R.; BURRELL, G. Modernism, postmodernism and organizational analysis: an introduction. *Organization Studies*, v. 9, n. 1, 1988.

⁴ O EGPA é o grupo regional do International Institute of Administrative Sciences (IIAS).

extensão do modernismo e revelado um conjunto de complicações teóricas até então reprimidas na essência da concepção teórica modernista.

Thomas Catlaw defende que muitos dos dilemas enfrentados pelos governos contemporâneos podem ser entendidos em termos do colapso de uma “política do objeto”. O autor esboça o que denomina “política do sujeito” e descreve como esta poderia romper com a política em sua versão objetivista. Mostra como a administração pública, dada sua própria posição estrutural, pode contribuir para essa vida política radicalmente nova.

Por fim, o artigo “Pós-modernismo e teoria organizacional: um ensaio bibliográfico” oferece aos interessados no tema um panorama da trajetória do pensamento pós-moderno nos estudos organizacionais.

*Anna Maria Monteiro Campos
Isabel de Sá Affonso da Costa*